

A Reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha (1889-1930)

Ms. Edgar da Silva Gomes

RESUMO

O artigo traz uma reflexão sobre a relação Estado - Igreja no Brasil após a separação decretada pela Constituição de 1891 e a reaproximação política orquestrada durante a República Velha pelo catolicismo para não perder contato com o poder e continuar assim a influenciar na formação do brasileiro como ocorria desde a colonização do Brasil.

Palavras - Chave: Relação, política, estado

ABSTRACT

The article bring up a study and thoughts about the relationship Church - State in Brazil after the end sets in 1891 Constitution and the politic closer during the Old Republic by Catholicism to do not lose the contact with the power and going on to give direction to construct the brasilian ecthos like in the past since the Brazilian colonization.

Key-words; Relationship, politic, State

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo a análise de um período determinado da história político-social no Brasil: a República Velha e o envolvimento de um dos elementos fundantes da sociedade brasileira que é o catolicismo. Sérgio Miceli em seu estudo sobre a “elite eclesial brasileira”, nos oferece uma das mais precisas reflexões sobre a relação entre o catolicismo e o Estado brasileiro. Ângela Maria de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira em

um balanço historiográfico consolidam a idéia de que na República Velha temos um momento-chave, não só para a compreensão da história do catolicismo no Brasil, como também para a apreensão das marcas que ele imprimiu na sociedade brasileira. Desenvolveremos uma breve reflexão neste artigo ancorada nestas análises sobre esta complexa questão que envolve o catolicismo no Brasil.

A historiografia [...] tem dedicado atenção nos últimos anos às relações entre Igreja e Estado no Brasil. Versando temas como a atuação e as mudanças políticas no seio da Igreja, a dependência e os compromissos desta para com o Estado e os órgãos de poder [...] os significados e as funções políticas dos movimentos messiânicos, particularmente Canudos [...], as fases do desdobrar da vida religiosa e outros, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros chamam a atenção para a relevância desses problemas tanto para compreender os papéis que a Igreja tem representado e continua representando com crescente intensidade, para avaliar a medida em que as posições do Estado refletem aqueles relacionamentos. [...] a 'volta ao sagrado' fenômeno que, sendo de algum modo universal, parece de uma intensidade incomum no Brasil. Para interpretar, sobretudo o relacionamento entre as instituições seculares e religiosas (Azevedo, 1981, p. 7-8).

A “estadualização”¹ da hierarquia eclesiástica brasileira foi a forma que o catolicismo encontrou para se fortalecer no período da República Velha após a perplexidade que tomou de assalto o episcopado brasileiro devido a sua nova situação jurídica frente ao Estado brasileiro, onde perdeu seus privilégios decorrentes da união Estado – Igreja por quase quatro séculos. A influência perdida pelo catolicismo na esfera político-governamental do país após a separação Estado – Igreja no Brasil em decorrência do advento da República, apesar da urgência de toda ordem: política, financeira, pessoal

¹ O catolicismo oficial no Brasil que começava a se reestruturar internamente iniciando a partir da separação oficial do Estado, houve uma reordenação político-geográfica da Igreja no território brasileiro; nomeando bispos capazes de coordenar uma sobrevivência aceitável e uma política de aproximação gradual ao poder, ou seja, começava a ser colocada em prática a política que denominaremos neste trabalho de estadualização do poder eclesiástico, adjetivo cunhado por Miceli em sua tese de livre docência apresentada na Unicamp com o título de “A elite eclesiástica brasileira” onde argumenta que houve uma estadualização do poder eclesiásticos no Brasil.

(para reposição dos quadros eclesiásticos), surpreende por sua estratégia de reformulação da vida eclesiástica realizada com paciência e calculada:

“cumpre sublinhar o sentido de oportunidade política com que as instâncias e os quadros decisórios da organização se amoldaram às diversas conjunturas regionais por ocasião da escolha dos integrantes do episcopado [...] O intento de atrair ao corpo episcopal filhos de famílias ilustres da classe dirigente [...] os educados às custas do patrocínio eclesiástico [...] descendentes de linhagens tradicionais cujas famílias se encontravam em estágio acentuado de declínio social e material e aquele poucos prelados recrutados nas ordens religiosas [...] a serviço das políticas pontificas de romanização (Miceli, 1985, p. 81-82).

Segundo Miceli: “a organização eclesiástica foi inteiramente estadualizada”, o autor observa que a literatura disponível apenas comenta a expansão territorial da organização eclesiástica. Percebemos a falta de um elo de articulação entre a história civil – eclesiástica para a compreensão deste fato. O argumento defendido acima por Thales de Azevedo sobre o estudo das relações entre Estado e Igreja é importante para compreender os interesses que envolvem estes estamentos no Brasil e o esforço da hierarquia eclesiástica para reestruturar a Igreja e se manter influente mesmo após o decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890².

Sim. A Igreja é, sem dúvida, um organismo divino; mas humanas são as suas fórmulas e roupagens. Em um período tão agitado para o pensamento humano, em uma época de confusão e anarquia intelectual, fértil de inovações e modernices descabidas, teve Pio X esta suprema preocupação: - manter intacto o depósito da Fé e da Moral cristã. [...] Ele foi o Papa da vida interior da Igreja [...] dir-se-ia que seu intuito foi animando, encorajando, abençoando todas as obras católicas, individuais e sociais, procurou por todos os canais da fé e do apostolado, e a seiva puríssima do cristianismo [...]³.

² Decreto do Governo Provisório republicano “consolidando” a separação Estado – Igreja no Brasil.

³ ACMSP. Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre: comunicado ao clero e aos fiéis o resultado das Conferências Episcopais realizadas na cidade de

Como se deu a continuidade da influência do catolicismo mesmo após sua separação formal do Estado pelo decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890? Por que mesmo após esta separação os acordos pragmáticos entre o catolicismo e as oligarquias continuaram a existir em diversas regiões do país? Por que sendo a elite dirigente liberal-positivista o catolicismo se manteve influente em uma das áreas estratégicas como o ensino? Qual a relevância político-social da postura assumida pelo catolicismo de se reaproximar do poder político?

Até 1890 continuavam a existir apenas 12 dioceses, 9 capitais eram sedes episcopais, após a Proclamação da República, as demais capitais da federação foram convertidas em sedes episcopais, ou seja, mais onze capitais naquele período se tornaram dioceses perfazendo um total de vinte estados. Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 subprefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos; cabendo respectivamente ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados de circunscrições e prelados (Miceli, 1988, p. 59).

A criação da província eclesiástica de São Paulo com ampla re-divisão da diocese no Estado durante a República Velha, ocorreu de forma acentuada no episcopado de D. Duarte Leopoldo e Silva. Três das quatro dioceses instaladas em Pernambuco no mesmo período foram decisões tomadas ao tempo em que Sebastião Leme esteve à frente da Arquidiocese de Olinda - Recife (Miceli, 1998, p. 59-80). A esfera de influência de D. Aduino Aurélio de Miranda Henriques, ocupante da sede episcopal da Paraíba durante 41 anos – a gestão mais duradoura em toda a República Velha – extravasou as fronteiras de seu Estado, estendendo-se a todo o norte-nordeste. D. Aduino logrou indicar seus auxiliares de confiança para o Piauí, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Amazonas.

A proliferação de dioceses no norte-nordeste, tinha na realidade uma função bem específica neste contexto que foi a de estancar os movimentos populares e as influências de líderes religiosos como o padre Cícero na região do Juazeiro, ou em Canudos para aniquilar o movimento do Conselheiro. No sul de Minas, as dioceses de Pouso Alegre, Guaxupé e Campanha, ficaram sob a influência direta da liderança de D. Nery, bispo de Campinas, que

Nova Friburgo de 12 a 17 de Janeiro de 1915. Rio de Janeiro: Typ. Martins de Araújo & C., 1915. p. 11-12.

“adotou” aquela região como área da diocese de Campinas, onde influenciou decisivamente na nomeação de seus prelados, velhos conhecidos que de alguma forma estiveram ligados à diocese campineira (BENCOSTTA, 1999). Enquanto que, no nordeste, o cinturão tinha a especificidade de coibir a proliferação dos movimentos citados acima, no sudeste a função mais provável para esta expansão pode estar relacionada ao aspecto político-econômico, seguindo os trilhos do progresso acompanhando as ferrovias que ligavam cidades do interior paulista e do sul de minas em direção ao porto de Santos para escoar a produção do café.

As formas espaciais são produtos de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias, [...] envolve uma finalidade (Moraes, 2005, p. 16).

Segundo Miceli, não há questionamentos sobre os princípios e diretrizes político-institucionais que condicionaram este processo histórico da ocupação territorial pelo catolicismo, a elite eclesiástica brasileira foi alterando gradativamente sua política de aproximação Fausto (Org.) acena, mas não aprofunda o sentido político – poder desta aproximação: “na maioria do clero e no conjunto da Igreja católica no Brasil, nota-se uma progressiva reaproximação em relação ao regime e a sua ideologia liberal. Bem, logo são restituídas à hierarquia as marcas exteriores de prestígio e respeito”. (Fausto, [org.], 2006, p. 355-356).

Para Fausto (Org.) existe espaço para se pesquisar as tensões e disputas que instituíram a república no Brasil: “esses contornos e forma assumida pela ordem política instituída pela República, precisam ser mais bem descritos para que possam ser entendidos os significados da República” (Fausto, [Org.] 2006).

Encontramos ótimos trabalhos sobre as mobilizações sociais com viés religioso “milénarista” citadas acima que contestavam uma situação de opressão diante da nova ordem política vigente como por exemplo, os de Jacqueline Hermann (In Ferreira & Delgado, 2003, p. 121-160), apesar de sucinto, tratou de religião e política no alvorecer da República abordando os movimentos católico-sociais: canudos, contestado e juazeiro onde a Igreja

desempenhou um papel chave para legitimar o poder do Estado dando seu placet, ajudando a sufocar esses movimentos populares.

Marco Antonio Villa fez sua discussão sobre Canudos e os interesses políticos que daí emergia para aniquilação de Antônio Conselheiro onde Estado e Igreja se unem tacitamente contra a ameaça do movimento para a “sociedade” (Villa, 2000). Arnaldo Lemos revela em seu livro “Os catolicismos brasileiros” as divergências entre a proposta do padre Júlio Maria e o Cardeal Leme, o padre advogava a descida do catolicismo ao povo e sua vida infeliz fazendo com que a instituição se aproximasse desta realidade, em contraposição a este pensamento o Cardeal Leme, ainda bispo de Olinda e Recife em sua Carta Pastoral de 1916 culpa o povo pela pouca influência do catolicismo na sociedade com uma religiosidade baseada em superstições e credices, sendo preciso instruir o povo na fé. Leme se manteve alinhado às elites (Lemos, 1996).

Portanto, quando na historiografia sobre os movimentos populares católicos na República Velha temos que o arcebispo da Bahia “entregou” o Conselheiro ao governador baiano Luís Viana, a leitura deve passar por determinantes políticas, à frente do governo do país, estava o primeiro governo civil com Prudente de Moraes, eleito pela elite dos cafeicultores paulistas em 1894, a Igreja não queria se indispor com os governantes, neste contexto “havia uma disputa entre civis e militares pela liderança do poder nos primeiros momentos da República” (Hermann, in Ferreira & Delgado, 2003, p. 139). A Igreja estrategicamente se manteve afastada destas disputas. O papa Leão XIII em sua encíclica *Litteras Vobis* indicou a postura que os homens do clero deveriam ter diante dos poderes constituídos e exorta à concordância e o mínimo de atrito com a elite dirigente do país:

[...] entre as últimas preocupações dos católicos, combater em defesa do nome cristão [...] respeitando sem dúvida na maneira devida à orientação dos bispos e com todo respeito que deve ser atribuído à autoridade civil. [...] e aos católicos lembrem que para a Igreja interessa muitíssimo quais homens sejam admitidos na assembléia legislativa; e, portanto, sem violar o direito das leis civis, é necessário que todos juntos se esforcem por eleger com sufrágio geral pessoas tais que unam o amor pelo Estado e o zelo provado pela religião (Leão XIII, 1894, p.577-578).

Teresa Malatian diz que: “abordar um movimento político do ponto de vista de sua especificidade, relacionado com uma instituição como a Igreja

Católica, coloca de saída algumas dificuldades” (Malatian, 2001, p. 14). A autora é quem frisa que não se pode negligenciar o papel da Igreja em disputa com o Estado para organizar a sociedade, apesar de querer o consenso ao reforçar a dominação burguesa.

José Maria Bello, no livro “História da República” argumenta que: “Desejava a república o clero católico, ainda magoado com a questão regalista; desejavam-na ao menos que por despeito, os barões escravocratas; desejavam a juventude militar, fortemente contaminada pela filosofia comtista” (Bello, 1964, p. 13). O republicanismo foi um movimento sem volta, pois o Brasil era “Um Império entre repúblicas” conforme o estudo de Denis Bernardes (Bernardes, 1997) com isso [ele] nos aponta como a Igreja começava a se acomodar às realidades locais.

A política de implantação das novas circunscrições eclesiásticas não respeitou apenas as fronteiras dos Estados, mas obedeceu de certa forma os limites sócio-econômicos sob a influência dos grupos dirigentes, ou que manipulava a classe detentora do poder político em cada região sócio-econômica (Miceli, 1988). Ao se tentar dar uma dimensão política à atuação da Igreja na Primeira República, deu-se na verdade, uma dimensão partidária, fazendo com que a elite eclesiástica avançasse mais depressa do que as bases como grupo de mediação, separada do povo e ligada mais uma vez ao poder político, do ramo que aflorou a maioria dos bispos, aflorou também os republicanos que produziam os políticos do país.

Os bispos divorciaram a teoria da prática, para caminhar rumo a uma reconciliação que em um primeiro momento pareceu incompatível até mesmo para os menos céticos. O catolicismo ao se estadualizar fortaleceu sua posição em cada região e propagou uma ideologia conveniente ao Estado brasileiro, provocando assim a reaproximação entre o estado corporativista a uma instituição fortalecida e reorganizada para evitar o conflito social e a desestabilização do poder.

[Fausto comenta que] “[...] no diagnóstico da primeira república – esta concepção do conflito adquire a seguinte forma: a sociedade é vista mais ou menos como uma panela de pressão, inofensiva, ou facilmente controlável, desde que manipulada com prudência [...] no regionalismo [existem] as fontes reais de perturbações do corpo social, ele também revela que o nível de pressão nas demais linhas de clivagem, e notadamente nas relações entre classes sociais, é e deverá permanecer baixo, a menos que o

exacerbe alguma interferência imprudente e artificiosa [...] dispor-se-ia ainda assim de extensa margem de manobra para o empreendimento de elaborar instituições “adequadas” para o país. [...] Dessa concepção do conflito social depreende-se facilmente que o estado “natural” da sociedade é aquele em que nenhum interesse se organiza de forma autônoma. Inexistindo no Brasil, a não ser pela Igreja Católica, entidades tradicionais importantes de caráter não estatal (Fausto [Org.], 2006, p. 396-397).

Num país, onde o protecionismo econômico e o conservadorismo de atitudes sempre estiveram presentes, no catolicismo foi encontrando terreno fértil para reinvestir todas as suas fichas numa volta ao poder. Do campo econômico ao ideológico partidário, a burguesia e o Estado investiram quase sempre na conservação do poder: “É preciso repetir um milhão de vezes: o Brasil é um país essencialmente agrícola, o que lhe importa fundamentalmente é explorar a lavoura [...] operários que trabalham nas indústrias de estufa do Brasil poderiam muito mais proveitosamente [...] estar trabalhando na lavoura”, isto era o pensamento dos representantes do Partido Democrático de São Paulo (Fausto, 1978, p. 33).

Também, na Aliança Liberal, não se encontravam traços de uma campanha em prol da industrialização, parecia que estava de bom tamanho a manutenção de um regime agrário-exportador que defendesse os interesses dessa classe. Também no campo eleitoral, as campanhas políticas não demonstravam interesses mais amplos para incluir toda a sociedade onde, o apelo para o voto popular na Primeira República não se fez presente efetivamente dentro dos partidos políticos, pelo contrário, Boris Fausto informa que “No curso da Primeira República, as campanhas políticas fazem escasso apelo para atrair o voto popular – subordinado à fraude e ao mecanismo do reconhecimento dos poderes” (Fausto, 1978, p. 44).

Havia disputa entre o setor agrário e industrial, enquanto os agro-exportadores movimentavam a economia os industriais pareciam mesmo muito conservadores, esperava a burguesia industrial pela jogada certa se arriscando pouco ou quase nada: “isto é, os capitais eram aplicados nos setores que, em curto prazo, davam maiores lucros, num movimento contínuo de adaptação gradativa às circunstâncias econômicas”, ficando à sombra da proteção do Estado (Fausto, 1978, p. 47).

Segundo Alberto Torres, a República é uma aspiração moral do liberalismo que a propagara romanticamente [...] um dia de improviso trazida a termo [...]

consumada pela revolta das forças militares – sem sucessão de antecedentes evolutivos, e sem estações de sazonalidade e maturidade, que lhe preparasse o êxito, traçasse o caminho e antecipassem as idéias e elementos de substituição [...] até que uma rajada os lança por terra... (Torres, 1978, p. 101). Completo a idéia com outra sentença de Francisco Iglesias ao prefácio desta edição do livro: “A Organização Nacional” de Torres: “em que a organização do Estado era vista como “desorganizada”, sendo sua principal exigência, a organização para o exato funcionamento” (Torres, 1978, p. 28).

Um estado de comodidade existente nas classes dominantes em relação aos interesses ideológicos partidários favoreceu à “república do café com leite” que reinou absoluta por longos anos nos governos civis da República Velha, a este respeito Barbosa Lima Sobrinho fez a seguinte observação: “em todas as nossas sucessões presidenciais, excetuada a de 1909, não apareceram divergências de doutrina, não se formaram interesses coletivos, ou reivindicações de classes. Apenas teses de amplitude e imprecisão inexcedíveis para não irritar ninguém dentro dessa enorme região amorfa, em que se travam os debates partidários no Brasil”. (Lima Sobrinho, 1935, p. 95)

A hierarquia católica foi se organizando até atingir seu objetivo de aproximação com o poder: “a aliança entre a Igreja conservadora e a oligarquia [...] se tornou realizável porque, para além de questões mais imediatas em torno do liberalismo, positivismo e governo republicano, estava a percepção de que ambas não pretendiam alterações profundas nos quadros sociais [...] tinham um ponto em comum: a política de manutenção da ordem” (Manoel, 1996, p. 62-72).

CATOLICISMO: DO CAOS A (RE)ORGANIZAÇÃO

A reestruturação interna do catolicismo na República Velha, que objetivava reconduzi-lo ao papel de protagonista da reorganização da sociedade, legitimador do poder com um novo projeto de hegemonia da Igreja Católica na sociedade civil, diferente daquele que naufragou juntamente com o Império foi sendo articulada com paciência e determinação. A reação político-religiosa começou nas dioceses e se expandiu para as paróquias, locus de articulação do discurso político-teológico onde com práticas adequadas reconhece e rearticula os conflitos da sociedade para redimensionar sua força e influência.

Ângela Maria Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira em um balanço historiográfico sobre a Primeira República escrevem: “através das

análises empreendidas, consolida-se a idéia de que se tratava de um momento-chave, não só para a compreensão da história do catolicismo no Brasil, como também para a apreensão das marcas que, ele imprimiu na sociedade brasileira [...] passa [se] a refletir sobre suas implicações no Brasil” (Gomes & Moraes, 1989).

Houve um acirrado jogo político na reestruturação do catolicismo no Brasil que começou logo após a proclamação da República com as indicações e remanejamentos no episcopado brasileiro para se alinhar a nova ordem política. A diocese do Rio de Janeiro foi considerada chave na articulação com a política brasileira, já que ali se encontrava o centro de decisão do governo brasileiro:

[...] o objetivo imediato é o de ‘fazer entrar no Episcopado sacerdotes de conduta exemplar, instruídos, zelosos e devotos a Roma’ [...] Com efeito nesta tarefa Spolverini move-se prontamente. O primeiro pacote de proposições contendo os nomes dos candidatos ao episcopado [...] leva a data de 18 de janeiro. Porém, passados apenas oito dias, Spolverini sugere a primeira alteração. (Piva, 1990).

A necessidade de dilatação da hierarquia episcopal no Brasil naquele momento foi largamente discutida, não faltaram melindros nesta disputa de posições privilegiadas que naquele momento, era estratégico para as pretensões da Igreja Católica no Brasil. A indicação para cada diocese do candidato ao episcopado correto seria imprescindível, conforme dizia Mons. Spolverini: bispos “afinados com a política do Estado brasileiro” (Piva, 1990).

A elite eclesiástica brasileira foi resistente ao contexto histórico para não perder o terreno conquistado pelo catolicismo no Brasil desde o período colonial, pois o quadro político indicava esta direção a ser seguida, e, foi agindo de acordo como o contexto exigia; não deixando escapar a chance de se manter numa convivência pacífica com o Estado até a hierarquia do catolicismo se reestruturar e voltar fortalecida no cenário político nacional no período do Estado Novo.

A hierarquia católica delimitou sua necessidade mais urgente: sobreviver, depois de consumada sua situação diante do Estado, através da primeira constituição republicana no Brasil (1891). A República Velha é um período chave para compreender como o catolicismo continuou desempenhando um importante papel na sociedade brasileira hodierna, e para isto, é imprescindível

observar a indicação de Miceli para analisar a reestruturação do catolicismo na República Velha, ou seja, a sua “estadualização”.

O processo de “construção institucional” da Igreja Católica brasileira ao longo da República Velha (1890-1930), se prende de um lado, às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira. [...] O movimento de reação eclesiástica desembocou numa série de iniciativas que, [em] longo prazo, significou o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo da concorrência ideológica, cultural e religiosa. (Miceli, 1988, p. 11-29)

“[Com] a indispensável maturação do corpo social antes da efetivação de reformas ou enxertos institucionais, o poder estatal forte é necessário não somente para erradicar os males do passado, cuja força de inércia só pode ser superada por uma cirurgia enérgica, como também para manter sob controle o próprio processo de mudança assegurando a sobrevivência do que porventura existia de bom [...] Trata-se de imprimir forma, de produzir estrutura e diferenciação funcional numa sociedade percebida como amorfa, amebóide [...] estaria assim na dependência de uma influência catalisadora, de uma estrutura estatal. (Fausto [Org.], 2006, p. 390-391).

O catolicismo no corpo social foi uma influência catalisadora por estar se organizando de forma objetiva e mais consistente do que o poder político naquele contexto onde as dissensões entre os líderes surgiu gradativamente por falta de coesão. Em face dos desafios enfrentados pelo catolicismo na nova conjuntura política republicana, para se manter institucionalmente forte foram necessárias algumas manobras:

- 1) O catolicismo, após a quebra dos vínculos com o estado pelo decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, passa a formar um corpo institucional mais coeso do que fora até então.
- 2) Outra preocupação foi com a formação do quadro episcopal para readequá-los ao perfil político-ideológico que estava se forjando com o Brasil republicano.
- 3) O fortalecimento político da Igreja se deu através das dioceses com a vinculação dos laços afetivo-familiares entre o quadro eclesiástico e as elites regionais.

- 4) As dioceses foram dispostas estrategicamente de maneira a controlar os focos de reação do catolicismo popular, considerado ignorante, não só pela elite intelectual da época, mas também pela elite eclesiástica que procurou sufocá-lo.
- 5) As dioceses localizadas em pontos estratégicos, político-econômicos, tiveram prolongadas administrações com prelados influentes que teceram uma rede de influência para além dos limites geográficos de seus estados ou municípios.

Os movimentos cismáticos ocorridos em Joazeiro (Ceará) e em Canudos (Bahia) ensejaram uma vívida reação organizacional que tomou forma de um 'cerco' territorial montado no nordeste, com a multiplicação de seminários e, sobretudo, mediante acordos políticos junto a importantes setores dirigentes (...) processo idêntico teve lugar nos estados de Minas Gerais e São Paulo, em especial naquelas regiões de Mogiana e do sul mineiro beneficiados pelo café. Em todos esses casos, a crescente influência da organização eclesiástica esteve estreitamente dependente das prolongadas e bem sucedidas gestões de prelados. (Miceli, 1988, p. 81-85).

A presença do catolicismo na sociedade brasileira sempre foi muito forte e o Estado não deixou de levar em consideração este fato, mas as implicações do fato religioso na sociedade e tem suas problemáticas, pois a religião e suas estruturas podem inspirar jogos de poder como: "a instrumentalização da religião pelo Estado, e a fabricação por este, de princípios transcendentais para induzir a população à ação, para inspirar o civismo, a solidariedade social, o nacionalismo, os sentimentos patrióticos" (Azevedo, 198, p. 8).

O pensamento político brasileiro neste contexto inclina-se por uma visão solidarista, como no corporativismo católico europeu do final do século XIX permitindo a volta da cooperação pragmática entre esses dois poderes (Fausto [Org.], 2006). Neste contexto, o catolicismo também começava seu movimento "silencioso" articulado pela elite eclesiástica no Brasil para promover a reaproximação do catolicismo com o poder republicano que foi testado durante toda a República Velha, e sua política de reestruturação se ligava de forma pragmática em cada região com os interesses dos governantes locais e foi "então a mais dinâmica frente de expansão da organização eclesiástica" (Miceli, 1988, p. 83).

A hierarquia católica realizou a “estadualização do poder eclesiástico” não perdendo contato com o poder nascente apesar da cautela do catolicismo em relação aos republicanos. A realidade também impôs que: não tendo mais a confusão civil-religioso, o catolicismo se reorganizasse de acordo com seus interesses e não mais com as conveniências político-econômicas do Estado. A política católica não esteve restrita ao âmbito político-partidário, mas a um movimento mais amplo que uma pessoa ou instituição pode lançar mão para disseminar sua influência entre as castas, testamentos e classes sociais que envolvem seu cotidiano. Para realizar este objetivo, o quadro hierárquico do catolicismo no período em questão, moveu-se com paciência e destreza em cada região específica.

O texto da Constituição mal foi promulgado e as vozes se elevaram pedindo uma revisão de imediato por vários problemas que se desencadearam durante a República Velha como na fragilidade do pacto federativo, insuficiência de recursos e discriminação de Estado para Estado entre outros (Andrade, 1991). Enquanto o regionalismo – segundo os ideólogos estatistas – ameaçava levar o país ao desmembramento e à decomposição (Fausto [Org.], 2006, p. 392). A estadualização da Igreja se estruturava e formava uma teia de relações entre as dioceses, ia se fortalecendo e alcançando o objetivo de se [re] ligar ao poder que se forjava em cada região.

Houve a formação de “matrizes sociais do episcopado brasileiro” responsável pela direção das dioceses e sua ligação com os poderes locais. Este assunto foi abordado por Sérgio Miceli, em seus estudos com os processos de habilitação “de genere et moribus” dos prelados das regiões estudadas pelo nosso recorte de análise: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e “Cinturão Nordestino”, assim como as correspondências entre a nunciatura apostólica no Brasil e a Sede romana a este respeito.

Estavam sendo criadas as novas dioceses no território brasileiro para suprir uma organização bastante deficiente que vinha do período anterior haja vista sua estrutura diocesana mantida quase que inalterada por mais de um século por depender do regime de padroado, permanecendo praticamente a mesma desde o período colonial. Sendo assim, no novo regime, o catolicismo desenhou efetivamente uma estratégia político-territorial de reaproximação com o cotidiano da população brasileira. O catolicismo chegou à década de 20 do século passado com uma nova imagem, mais inserida na sociedade brasileira. Na Constituição 34 se “reconhece” a importância da religião no país, apesar da repetição dos termos da separação Estado – Igreja de 1891, Oscar Beozzo comenta que o regime republicano:

[...] proibia à União, aos estados, Distrito Federal e municípios [de] 'estabelecer ou subvencionar cultos religiosos ou embaraçar-lhes o exercício' [ou] 'ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja' foi acrescentada, entretanto uma clausula nova: 'sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo' [...] A colaboração entre poder público e instituições religiosas, em prol do interesse coletivo, prosperou principalmente no campo da assistência social [...]. (Beozzo, 1992).

Segundo Roberto Romano: "o catolicismo compreende um conjunto de representações através do qual a Igreja elabora uma dada apreensão da realidade, transfigurando-a simbolicamente através da razão teológica". Dado fundamental segundo Romano para compreensão das posturas adotadas pela Igreja em relação ao Estado e a sociedade para elaborar seu discurso teológico-político com pretensão de instaurar ou reforçar práticas novas ou em curso não dedutíveis a meros projetos de dominação, mas ligados a eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O catolicismo no corpo social foi uma influência catalisadora por estar se (re)organizando de forma objetiva e mais consistente do que o poder político naquele contexto onde as dissensões entre os líderes surgiu gradativamente por falta de coesão desde a elaboração e promulgação da primeira constituição republicana, enquanto que a elite eclesiástica neste contexto, evitou os embates públicos, privilegiando o concenso colegiado através das "Conferências Episcopais" de onde eram emitidas pastorais coletivas para o clero secular e regular e uma vasta correspondência produzidas neste período onde consultavam entre si sobre os mais diversos assuntos relacionados à vida interna da Igreja ou sua relação com a sociedade e o governo.

A Limitação do raio de ação da Igreja imposto pela primeira constituição republicana (1891) não foi nenhum mal pior do que tinha sido a ingerência do império liberal, maçônico e católico por conveniência. O positivismo foi mais uma idéia acadêmica do que uma realidade de grande penetração na sociedade dominada de certa forma pelo catolicismo. A impossibilidade de se tornarem efetivas as propostas de reforma de ensino de cunho positivista fez com que os governos dos estados da federação e as oligarquias, por impossibilidade prática continuassem subsidiando o ensino católico nas escolas, mantendo o catolicismo um formador de opinião.

Oligarquias e Estado permitiram a reaproximação da hierarquia eclesial durante a República Velha mantendo a influência do catolicismo na sociedade brasileira. Formadores de uma identidade nacional, o catolicismo consegue imprimir mesmo naqueles que não confessam sua fé, certas particularidades pertencentes ao seu credo, e ainda no século XXI, figura entre as instituições de maior credibilidade no conceito dos brasileiros (Instituto Datafolha 18 a 20 de julho de 2001 aponta a credibilidade das instituições no Brasil: as igrejas católica e protestante têm 41% de mídia impressa e falada 39% Judiciário 4% Governo Federal 3% Clubes de futebol 2% Congresso Nacional 1% e partidos políticos 0%).

A recuperação da influência da Igreja na sociedade capitalista passava pela atuação dos católicos em movimentos laicos, partidos, sindicatos, sem contar os movimentos romanticamente inspirados como o culto ao Sagrado Coração. Esse projeto de expansão, antagônico à proposta liberal de organização da sociedade e do Estado, solicitou da Igreja uma plasticidade política nas relações com os governantes, numa postura nem sempre concordante, nem sempre opositora, mas alerta às brechas ocasionais capazes de favorecer seu objetivo [...] Proclamada a República, superadas as disputas que marcaram a hierarquia católica e o poder temporal [...] a Igreja Católica passou por um período de redefinição em relação ao Estado, do qual resultou a conciliação. (Malatian, 2001, p. 19-20).

A adesão dos católicos às propostas do governo diocesano ocasionaria a existência no que Weber designou de “determinação mínima de vontade de obediência”, ou seja, de interesse (externo e interno) em obedecer. Essa vontade de obediência, quando realizada, tornou-se essencial ao exercício da autoridade episcopal transformando-a em moeda de troca do episcopado com o Estado, simbolicamente a Igreja tentou demonstrar aos governantes do país que ainda exercia forte influência sobre a população. Sendo assim, os partidos políticos em disputa pelo poder numa República Velha em desintegração, “aceita” a sacralização do Estado proposta pela Igreja considerando-se que o país ainda era predominantemente católico fazendo assim uma aliança pragmática entre os poderes temporal e espiritual retomando a velha prática mesmo que com roupagens novas.

Ms. Edgar da Silva Gomes

Doutorando em História Social Pela PUC-SP

BIBLIOGRAFIA

- ACMSP. Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos da Províncias Ecclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre: comunicado ao clero e aos fiéis o resultado das Conferências Episcopais realizadas na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de Janeiro de 1915. Rio de Janeiro: Typ. Martins de Araújo & C., 1915.
- DOCUMENTOS DA IGREJA. V. 12: *Documentos de Leão XIII*. São Paulo: Paulus, 2005.
- BELLO, José Maria. *História da República: (1889-1954)*. 5. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1964.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)*. (Tese de Doutorado em História) FFLCH-USP, 1999.
- FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. V.9,3: Sociedade e Instituições [1889-1930]. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço histotográfico. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.
- HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LEMONS FILHO, Arnaldo. *Os catolicismos brasileiros*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2000.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro*. Rio de Janeiro: Unitas, 1933.
- MALATIAN, Tereza. *Império e Missão: um novo monarquismo brasileiro*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 2001.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina: 1859 – 1919 uma face do conservadorismo*. São Paulo: UNESP, 1996.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- VILLA, Marco Antonio. *Canudos o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999.
- WEBER, Max. *Obras selectas: La ética protestante y el espíritu del capitalismo; El Estado Nacional y la política econômica; Parlamento y gobierno em uma Alemanha reorganizada; El socialismo, Política y Ciencia*. Buenos Aires: Distal, 2003.